

O modelo de assistência e extensão rural do proambiente: uma inovação na agroecologia**The model of technical assistance and rural extension of the proambiente: an innovation in agroecology**

Recebimento dos originais: 01/06/2018

Aceitação para publicação: 13/07/2018

Everaldo Nascimento de Almeida

Doutor em desenvolvimento sustentável do trópico úmido

Instituição: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Amazônia Oriental.

Travessa Doutor Enéas Pinheiro, s/n - Marco, Belém - PA, 66095-903

E-mail: everaldo.almeida@embrapa.br

Silvio Brienza Junior

Doutor em Agricultura Tropical

Instituição: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Amazônia Oriental.

Travessa Doutor Enéas Pinheiro, s/n - Marco, Belém - PA, CEP: 66095-903.

E-mail: silvio.brienza@embrapa.br

Tereza Ximenes

Doutora em sociologia.

Instituição: Universidade Federal do Oeste do Pará UFOPA.

Rua Vera Paz, s/n, Bairro: Salé; CEP: 68135-110. Santarém – PA.

E-mail: tereza.ximenes@ufopa.edu.br

Raquel Rodrigues da Poça

Mestrado em Agricultura Familiar

Instituição: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - SEAD.

Avenida Júlio César, 7060, CEP: 66.617-420.

E-mail: raquel.poca@mda.gov.br

Jorge Yared

Doutor em Ciência Florestal

Instituição: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Amapá.

Rodovia Juscelino Kubitschek, 2600 - Universidade, Macapá - AP, CEP: 68906-970.

E-mail: jagyared@gmail.com

RESUMO

O artigo avalia um modelo inovador de ATER criado pelo PROAMBIENTE, programa federal de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar na Amazônia brasileira. Esse modelo, pautado nas dimensões agroecológicas, foi implementado no período de 2002 a 2006 no polo da transamazônica localizado na região do Xingú, estado do Pará. A partir de uma estratégia metodológica diferenciada

na qual eram enfatizadas as ações participativas e intercâmbio de conhecimentos entre a jovem equipe de ATER, formada na própria região, e os agricultores familiares participantes do programa, importantes resultados foram alcançados, tais como: redução do desmatamento e do uso de agrotóxicos, além do controle e redução de queimadas. Apesar dos resultados promissores, o cancelamento dos recursos federais destinados ao PROAMBIENTE, o imediatismo por resultados associados a resistência de uma ATER ainda convencional culminaram na interrupção das atividades na região e romperam a expectativa de mudança de paradigma da extensão rural associada a uma abordagem agroecológica.

Palavras-chave: Agricultura familiar; ATER; PROAMBIENTE; Amazônia.

ABSTRACT

The article evaluates an innovative model of technical assistance and rural extension (ATER) created by PROAMBIENTE, pilot federal public policy Program for social and environmental development of rural family production. The model adopted, guided in the agroecological dimensions, was introduced in the period of 2002 until 2006 in the polo da transamazonica located in the Xingu region, State of Pará. On the basis of a differentiated methodological strategy in which the participative actions and the exchange of knowledge between the young ATER team, graduated in the region, and the family farmers participating in the Program, were emphasized, important results were reached, such as: reduction of deforestation and pesticides use, beyond the control and reduction of burned in the fields for planting. Despite the promise results, the cancellation of the transfer of federal resources to the PROAMBIENTE, the immediacy of results associated the resistance of a ATER still traditional culminated in the interruption of the activities of PROAMBIENTE in the region and broke the expectative of paradigm shift of a rural extension associated with an agroecological approach.

Key words: Family agriculture, ATER, PROAMBIENTE, Amazon.

1 INTRODUÇÃO

Em mais de meio século de atuação, o modelo de extensionismo rural adotado no Brasil esteve pautado na lógica de aumento da produção e melhoria da produtividade dos principais produtos alimentícios, destinados principalmente à exportação (CAPORAL; RAMOS, 2006). Ao longo dos anos, houve vários momentos em que tentou-se dar novos rumos às atividades extensionistas, molda-la as várias realidades locais, e as mudanças que surgiam no decorrer dos anos no meio rural. Entretanto, foi somente no início do século XX que essa mudança surgiu no contexto político, quando o Governo Federal criou uma nova política de ATER denominada e Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER.

Apoiada por representantes de movimentos sociais e de organizações de agricultores familiares, entre outros atores, a PNATER foi criada como parte de um novo programa que viabilizasse uma atuação mais justa da ATER em âmbito nacional, em que a mesma, através de uma melhor estrutura e capacitação de profissionais, pudesse melhorar seus serviços principalmente junto à agricultores familiares (CAPORAL; RAMOS, 2006, BRASIL, 2008).

No entanto, essa nova formatação de ATER já vinha sendo desenvolvida de formas pontuais em todas as regiões da Amazônia (SABOGAL et al., 2009). O PROAMBIENTE foi uma dessas experiências, cuja abordagem consistia em um assessoramento técnico mais participativo, que pregava o respeito ao conhecimento endógeno e desenvolvia atividades que iam ao encontro de uma agricultura mais sustentável.

Nesse sentido, o presente estudo buscou avaliar o modelo de ATER no âmbito do PROAMBIENTE no polo da transamazônica, que compreende os municípios de Senador José Porfírio, Anapu e Pacajá, localizado na região do Xingu, Estado do Pará.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi desenvolvida na região denominada de polo transamazônica que compreende os municípios de Senador José Porfírio, Anapu e Pacajá, região de integração do Xingu, no Estado do Pará. Esses municípios foram selecionados pelos movimentos rurais do polo por apresentarem formas de usos dos recursos representativas para toda região do Xingu.

2.2 O PROAMBIENTE

O PROAMBIENTE foi um programa de políticas públicas iniciado em 2000 por movimentos sociais e representantes do setor rural, e incorporado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2004. O objetivo do programa foi o de promover o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e produção familiar rural, por meio da gestão ambiental territorial rural, do planejamento integrado das unidades produtivas e da prestação de serviços ambientais (PROAMBIENTE, 2003). O PROAMBIENTE foi totalmente voltado à pequena produção rural, e contemplou os diversos atores dessa categoria: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas e as demais populações tradicionais (PROAMBIENTE, 2003).

Para a implementação das ações propostas pelo programa foram constituídos 11 polos pioneiros de agricultura familiar e agroextrativismo em todos os estados da Amazônia legal.

2.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram coletados no período de junho a setembro de 2010. A base de informações cedidas pela Fundação Viver, Produzir, Preservar – FVPP, instituição responsável por desenvolver as atividades do PROAMBIENTE no polo transamazônica, mostraram que 300 famílias participaram de forma efetiva no programa. Desse total, foram realizadas entrevistas estruturadas a 45 famílias (16%), também foram realizadas entrevistas semi estruturadas a atores chaves que participaram do período em que programa atuou no polo, assim como, observações diretas obtidas no processo de desenvolvimento do estudo. Os atores institucionais que participantes do estudo foram: FVPP, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira - CEPLAC, Secretarias municipais de agricultura e organizações locais de agricultores familiares, além de profissionais que fizeram parte da equipe de ATER do PROAMBIENTE no período de sua execução.

Todos os dados coletados foram armazenados na base de dados ACESS. A análise de dados ocorreu por meio qualitativo e quantitativo. A análise qualitativa foi feita através de análise de conteúdo, com a descrição do que foi pronunciado nas entrevistas aos agricultores e demais atores. A análise quantitativa ocorreu através de uso de ferramentas de estatística descritiva, com média aritmética simples e frequência (em percentual).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 ESTRUTURA DA EQUIPE DE ATER DO PROAMBIENTE

Cada polo teve uma instituição responsável para implementar as atividades programadas pela gerência do PROAMBIENTE. No *polo transamazônica*, a FVPP foi a instituição elegida para formar a equipe de ATER composta por profissionais de diversas áreas de ciências agrárias. A coordenação da equipe era designada a um técnico de nível superior que era auxiliado por técnicos de nível médio. Também faziam parte da equipe técnica, agentes comunitários, selecionados pelos próprios representantes locais, que atuavam como disseminadores das ações do programa junto às famílias participantes.

Durante o período de atuação no polo, a equipe de ATER realizou importantes atividades que contribuíram de forma substancial para a preparação, aceitação e participação das famílias no programa. As atividades executadas pela equipe durante o período em que o PROAMBIENTE esteve na região foram: i. diagnóstico rápido participativo (DRP); ii. plano de desenvolvimento

local sustentável (PDLS); iii. planos de uso (PU) das unidades de produção e; iv. acordos comunitários (AC). Além das ações de assistência técnica e extensão rural nas propriedades das famílias cadastradas no programa.

A seguir apresentam-se fatores que potencializaram e limitaram o desenvolvimento das atividades de ATER no *polo transamazônica*.

3.2 FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A ACEITAÇÃO DO MODELO DE ATER

3.2.1 Agroecologia: do conceito à prática

Embora o PROAMBIENTE estivesse fundamentado em princípios agroecológicos, o termo agroecologia era novidade até mesmo para os idealizadores do programa. A implantação de uma extensão rural agroecológica, onde a substituição dos instrumentos utilizados pela ATER convencional seria daria espaço a atividades inovadoras mais sustentáveis, era um grande desafio a ser superado pela equipe técnica, uma vez que obter resultados positivos levaria um tempo nem sempre esperado pelas famílias que participavam das atividades.

O discurso agroecológico nunca foi trabalhado fortemente no PROAMBIENTE, a internalização de um modelo de produção mais sustentável em detrimento ao uso convencional dos recursos aconteceu por outras razões. Os agricultores já não queriam mais usar práticas que acelerassem a depredação dos recursos ainda existentes nas propriedades. A necessidade de substituir tais práticas por formas mais sustentáveis era crescente.

Para concretizar a proposta de um desenvolvimento sustentável, a equipe técnica do PROAMBIENTE utilizou como forma de convencimento a própria realidade vivida pelas famílias. Os discursos universais como mudanças climáticas, aquecimento global, entre outros que dificilmente seriam assimilados, deram lugar às problemáticas ambientais locais, como água contaminada, uso abusivo de agrotóxicos e fogos acidentais.

Outra estratégia utilizada foi o uso de experiências com práticas alternativas locais para que outros agricultores tivessem uma lógica parecida. Essas estratégias de sensibilização das famílias só foram possíveis graças ao esforço conjunto dos técnicos em “ensinar o que estavam aprendendo” e das famílias em “assimilar o que era repassado e finalmente implementar as iniciativas nas propriedades”, tudo isso atrelado a muitas oficinas, dias de campo e outras formas de interação.

3.2.2 Procedência da equipe técnica e método de execução da ATER

Os profissionais que fizeram parte da equipe técnica do PROAMBIENTE, antes de atuarem no programa, realizaram atividades na própria região e conheciam bem a realidade local. Esses jovens técnicos foram formados nos movimentos sociais locais, eram de famílias de agricultores e conheciam como uma assistência técnica não deveria ser realizada. Como também eram atores envolvidos nas estratégias do movimento, eles tinham muito mais sensibilidade e receptividade para os novos temas propostos.

A interação desses técnicos com as famílias rurais, associada à utilização de uma metodologia inovadora fez a diferença na qualidade da ATER do PROAMBIENTE, se comparada a ATER convencional. Os agentes comunitários, por sua vez, além de servirem como ponte entre a equipe técnica do programa e as famílias rurais, também ajudaram na difusão de uma extensão rural mais próxima do agricultor familiar.

Essa nova roupagem de ATER reuniu uma série de atributos que mudou o conceito de sustentabilidade por parte dos agricultores. O vínculo criado e fortalecido nos primeiros anos de implementação do PROAMBIENTE, através de visitas técnicas e das outras atividades programadas, afloraram mudanças de ordem técnica e socioambiental. Os acordos comunitários, mediados pelos agentes comunitários, nortearam saídas alternativas que necessitavam em algum momento de coletividade para alcançar os objetivos propostos.

Por meio da equipe de ATER, muitos agricultores limitavam as áreas para criação de gado bovino, trabalhavam em sistema de mutirão quando alguma atividade na propriedade era de interesse dos comunitários, como a abertura de áreas ou o manejo e controle da queimada. Além disso, responsabilidades individuais como a diminuição do desmatamento (Figura 01), redução do uso de agrotóxicos, reflorestamento de áreas degradadas e das matas ciliares com espécies do próprio local, foram incorporadas nas atividades diárias das famílias (Tabela 01).

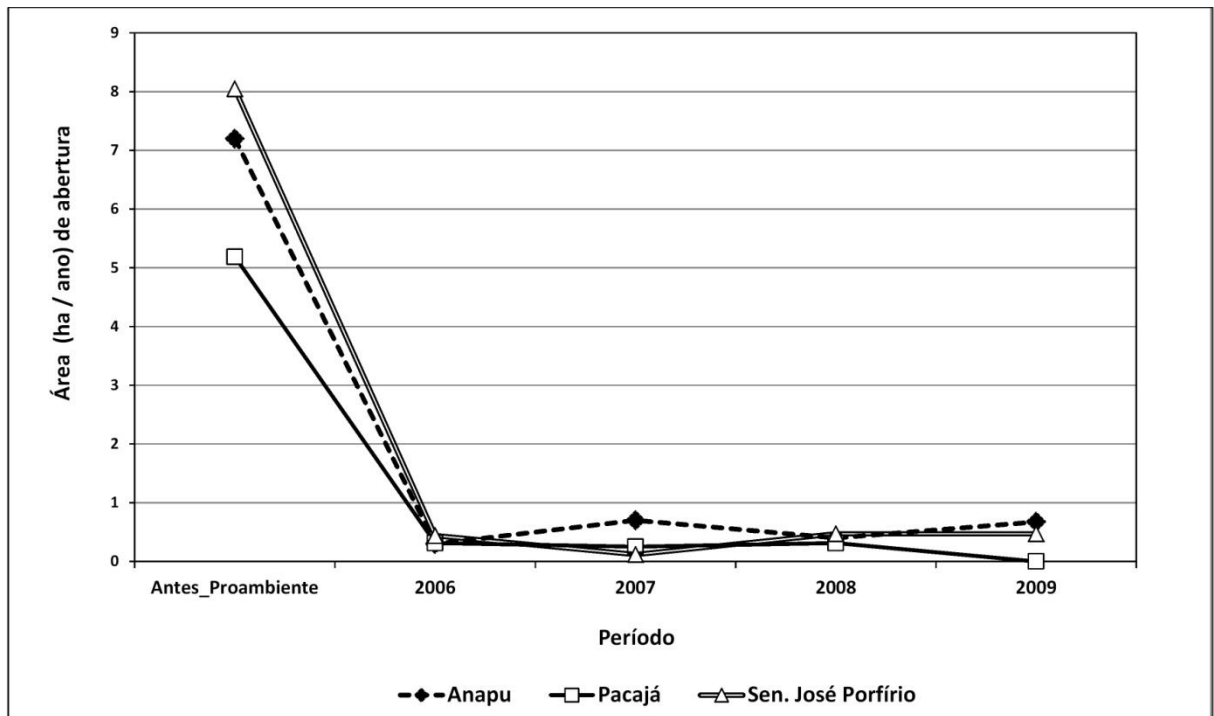


Figura 01 - Média anual de área aberta em floresta primária (ha) em propriedades rurais antes e pós PROAMBIENTE, polo transamazônica, região do Xingu, Estado do Pará.

Fonte: ALMEIDA (2011, p. 175)

Tabela 01 - Avanços ambientais e sociais das famílias rurais após a intervenção do PROAMBIENTE nos três municípios estudados (n=50)

Atividades implementadas	Famílias que adotaram (%)	
Redução do desmatamento em áreas de floresta primária	95	
Redução do desmatamento em áreas de floresta secundária	44	
Redução do uso de agrotóxico	Veneno para insetos	26
	Veneno para ervas daninhas	07
Controle e redução de queimadas	Utilização do contra fogo	73
	Aviso aos vizinhos	80
	Horário de queimada	77
	Uso de aceiro	88
Melhoria da relação entre agricultores do PROAMBIENTE	42	
Fortalecimento das organizações comunitárias	25	
Reflorestamento	09	
Uso de adubação orgânica	05	
Manejo no uso do lixo	05	
Melhoria no manejo da pecuária extensiva	05	

Fonte: ALMEIDA (2011, p. 112)

3.2.3 Fatores que limitaram a implementação do modelo de ATER

3.2.3.1 Cancelamento das atividades programadas

Quando algumas ações que estavam no programa de execução do PROAMBIENTE demoraram a ser executadas, as famílias passaram a desacreditar do programa. O principal motivo desse descrédito foi o cancelamento do pagamento por serviços ambientais - PSA, elemento prometido nos discursos efetuados desde as primeiras discussões do PROAMBIENTE no polo. O PSA era visto pelas famílias como uma “recompensa” às atividades sustentáveis que foram elaboradas por pesquisadores do programa e pactuadas nos acordos comunitários. Essas atividades eram as seguintes: 1) redução do desmatamento; 2) sequestro de carbono; 3) recuperação das funções hidrológicas dos ecossistemas; 4) conservação e preservação da biodiversidade; 5) redução das perdas potenciais de solos e nutrientes e; 6) redução da inflamabilidade da paisagem (PROAMBIENTE, 2003).

Quando houve a interrupção do repasse desse recurso às famílias, uma crise veio à tona entre os agricultores e a equipe de extensionistas, uma vez que a cobrança para a continuidade do pagamento era realizada insistentemente aos agentes de extensão.

3.2.3.2 Rejeição da abordagem de ATER pela agência de extensão rural oficial

A metodologia utilizada pela equipe do PROAMBIENTE, na qual os próprios comunitários participavam da discussão e alguns agricultores, na figura dos agentes comunitários, faziam parte da execução de atividades de extensão, não foi bem visto pelos técnicos tradicionais da EMATER. Esses agentes de extensão incentivavam as famílias a não adotarem as práticas agroecológicas, uma vez que acreditavam que a nova abordagem de ATER a qual utilizava práticas mais participativas e sustentáveis não iria surtir efeito positivo, ao contrário, iria levar as famílias a realizarem atividades em que o uso de mão de obra era excessivo e com poucos resultados satisfatórios.

O Governo Federal já havia implementado a PNATER e com ela capacitações de nivelamento sobre a nova metodologia a ser usada a partir de então. Entretanto, a internalização da nova política no âmbito institucional encontrava-se em estado embrionário e, até os dias atuais possui resistência, apesar dos seguidos esforços para sua implementação.

3.2.3.3 Sobrecarga de atividades realizadas pelos técnicos de extensão

O PROAMBIENTE possuía uma equipe técnica de seis profissionais, sendo que três técnicos de nível superior e os demais técnicos de nível médio. Somou-se a isso, a estratégia de se ter agentes locais nos núcleos familiares para facilitar as ações da equipe e assim, poder atingir as 300 famílias participantes do programa no polo. A dinâmica de ação da equipe, principalmente dos técnicos de nível médio, que eram os que realizavam as atividades de extensão, foi sobrecarregada em função do grande número de atividades realizadas em um curto espaço de tempo. Embora a proporção técnico/produtor estivesse próxima ao utilizado pelas agências de extensão convencionais, com o número de 80 a 100 famílias/técnico, ela teve dificuldades na adequação à metodologia adotada pelo PROAMBIENTE.

3.2.3.4 Imediatismo por resultados

Apesar da equipe técnica do programa seguir um cronograma de atividades, a mesma não acompanhou a velocidade com que as demandas técnicas eram apresentadas. A FVPP, apesar de tomar frente do programa na região, não era uma instituição de geração de tecnologias, essa função ficava a cargo de outras instituições participantes do conselho gestor do programa na região, como a EMATER, EMBRAPA e CEPLAC. Entretanto, era a FVPP que ficava na linha de frente de todo o processo e por esse motivo era a instituição mais acionada pelos agricultores. Apesar do esforço, faltou ao PROAMBIENTE a obtenção de resultados práticos que ocorreram em um grau menor do que o esperado.

3.3 A PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES SOBRE OS SERVIÇOS DE ATER OFERECIDOS PELO PROAMBIENTE

Na opinião de 9% dos entrevistados, o desempenho da equipe técnica do PROAMBIENTE foi classificado como ótimo; 7% descreveram esse desempenho como muito bom, e 30% o consideraram como bom. O trabalho em conjunto iniciado nos eventos, através do levantamento das demandas prioritárias para o desenvolvimento local e finalmente na elaboração dos planos de uso (PUs) das propriedades, que consistiam no planejamento que cada família fazia para a sua propriedade ao longo dos anos, foi de fundamental importância para o desenvolvimento e aceitação da ATER no âmbito comunitário. Nessa nova dinâmica, os técnicos não mais trabalhavam em função de linhas de créditos disponíveis nas agências financiadoras, mas em função da própria demanda criada nos PUs.

Apesar de haver um expressivo número de famílias que apoiou a metodologia implementada, a avaliação positiva da atuação da ATER não foi unânime, 40% dos entrevistados opinaram que a atuação da equipe técnica foi regular e 14% a consideraram ruim. A seguir demonstram-se algumas críticas apontadas pelas famílias entrevistadas: i. o trabalho dos agentes de extensão era destinado, em grande parte, a mobilização das famílias para os eventos que se sucediam nas várias localidades designadas pela coordenação do PROAMBIENTE; ii. os técnicos não realizaram serviços de assistência nas propriedades como os efetuados pelas empresas de ATER convencionais; iii. apesar de haver algumas atividades técnicas nas propriedades rurais, essas eram pontuais e atendiam apenas às demandas locais e não a todas as famílias inscritas no programa; iv. faltou continuidade das ações técnicas, principalmente, no período de implementação dos PUs.

De fato, a equipe técnica destinou grande parte do tempo na mobilização das famílias para os eventos pré - agendados e, apesar de realizarem algumas atividades in locu, esses técnicos seguiam a um cronograma de atividades. Naquele momento, a intenção era promover a sensibilização das famílias sobre a lógica do programa, conhecer a forma como as mesmas manejavam suas propriedades rurais, para enfim trabalhar em função do que era decidido nas reuniões comunitárias.

As atividades do PROAMBIENTE no *polo transamazônica* iniciaram em 2002 e foram encerradas em 2006, após a equipe ter concluído a primeira fase do programa que consistia na realização dos diagnósticos das propriedades, elaboração dos PUs e afirmação dos acordos comunitários. A segunda fase, que entre as inúmeras atividades programadas, estavam o acompanhamento técnico e orientação da implantação dos PUs nas propriedades, não foi realizada. O acompanhamento das atividades técnicas com as orientações in locu ou em grupos para a implementação dos PUs seria a efetividade do novo modelo de ATER, uma vez que colocaria em prática tudo o que se havia aprendido ao longo dos primeiros anos de existência do programa.

Por ser um programa governamental, o PROAMBIENTE tinha a sua continuação atrelada ao repasse de recursos federais comprometidos politicamente e que foi cancelado antes do início da segunda fase do programa. O encerramento desse repasse foi o principal motivo que limitou as atividades do PROAMBIENTE no polo e como consequência afetou diretamente a concretização e difusão do modelo de ATER.

A suspensão das atividades do PROAMBIENTE foi sentida por todos os atores que participavam do programa. Os técnicos de campo, sem estrutura para a realização das atividades de ATER, pouco a pouco abandonaram o programa. No entanto, esses profissionais, no decorrer dos

meses, foram absorvidos por instituições municipais, federais e ONGs que atuavam na região e que necessitavam de profissionais inovadores no ramo.

4 CONCLUSÕES

A implementação do novo modelo de ATER, apesar de não ser efetivado em sua totalidade, foi de suma importância para o processo de mudança de atitude das famílias rurais participantes do PROAMBIENTE no polo transamazônica. Essas mudanças foram traduzidas principalmente na implementação de novas práticas sustentáveis de uso dos recursos em detrimento do uso convencional dos recursos naturais realizados pelas famílias rurais.

Sobre a avaliação das atividades da ATER no âmbito do PROAMBIENTE, 46% das famílias consideraram a assistência técnica satisfatória (bom; muito bom e ótimo); 40% consideraram regular e; 14% opinaram que as atividades de ATER eram ruins.

O principal fator que limitou a implantação do modelo de ATER no polo transamazônica foi o cancelamento do repasse de recursos do Governo Federal para a continuação das ações. Entretanto, fatores como: cancelamento de atividades, principalmente as voltadas para implementação dos PUs, rejeição de técnicos da agência oficial de extensão sobre a nova abordagem de ATER, sobrecarga de atividades e imediatismo por resultados práticos também limitaram o seguimento das atividades de ATER no polo transamazônica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. N. **A Participação de agricultores familiares no processo de recuperação de áreas alteradas na região do Xingu, Estado do Pará**. 2011. 246 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2008, 26p.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: Enfrentar desafios para romper a inércia. In: MONTEIRO, D. M. C.;

MONTEIRO, M. A. (org.). **Desafios na Amazônia**: uma nova assistência técnica e extensão rural. Belém: UFPA/NAEA, 2006. p. 27-50.

PROAMBIENTE. **Proposta definitiva da sociedade civil organizada entregue ao Governo Federal**. Brasília: PROAMBIENTE. 2003, 32p.

SABOGAL, C.; ALMEIDA, E. N.; MEZA; BRIENZA JUNIOR, S. Reabilitação de áreas degradadas nas regiões amazônicas do Brasil e do Peru: revisão de iniciativas produtivas e lições aprendidas. In: PORRO, R. (Ed.). **Alternativa agroflorestal na Amazônia em transformação**. Belém: ICRAF/EMBRAPA, 2009. p. 349 – 377.